

AMBIENTE

Denunciada falsificação de guia de desmatamento

Representante do governo de MS acusa escritórios que prestam assistência a fazendeiros

JOÃO NAVES DE OLIVEIRA
Especial para o Estado

CAMPO GRANDE — O superintendente de Meio Ambiente da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul (Sema-

des), Nilson de Barros, faz um alerta: milhões de reais estão sendo furtados dos cofres públicos do Estado por proprietários de escritórios que prestam assistência aos fazendeiros. As perdas consistem em falsificações de autorizações para desmatamentos de áreas que estão sendo expandidas para o aumento de pastagens e lavouras. Até agora, já foram atingidos pelo menos 100 mil hectares de matas nativas que desapareceram, conforme foi apurado durante quase dois meses.

Barros acredita que o desmatamen-

to criminoso seja bem maior, pois vem sendo praticado há vários anos, embora só tenha sido descoberto recentemente. Por conta disso, é necessário um levantamento completo da situação para saber o volume dos prejuízos financeiros e ambientais.

Foram identificadas, em cerca de 40 dias de investigações, 43 autorizações com

assinaturas falsas do titular da Semades, Celso de Souza Martins, do ex-superintendente de Meio Ambiente Ricardo Éboli e do diretor de Recursos Naturais da mesma secretaria, Reginaldo Yamacyro.

Em uma delas, o fazendeiro pagou R\$ 4 mil por um documento para desmatar 1,4 mil hectares. O total das falsificações já

apurado passa dos R\$ 3 milhões, conforme acredita Barros, que teme o pior — ou seja, o desaparecimento de matas de reservas ecológicas.

Em algumas cidades, como Corumbá, Três Lagoas, Camapuã e em outros 22 locais do interior do Estado, foram constatadas a destruição de matas para a formação de lavouras e pastagens, danificando ecossistemas importantes para a vida silvestre e a flora. Outras irregularidades são os desmatamentos de margens de rios e de outros recursos hídricos, que ficaram desprotegi-

dos e estão expostos ao assoreamento.

Segundo documentação entregue por Nilson de Barros na Delegacia de Defraudações, dois escritórios com sede em Campo Grande são os principais suspeitos, embora existam acusações sobre a atuação de mais cinco empresas do setor, que também falsificam as licenças. Alguns funcionários da Semades também estão sob suspeita e sendo alvo de uma sindicância interna, que deverá ser concluída até o final deste mês.

COFRE PÚBLICO
ESTARIA
PERDENDO
MILHÕES

5/5/97
5/5/97

A-14